

Territórios de Ausências: O olhar do beneficiário sobre o programa habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes.

Pollyana Lopes Dutra¹

Denise Cunha Tavares Terra²

Grupo de Trabalho: Planejamento e Políticas Públicas

Resumo

A trajetória histórica da questão urbana e habitacional no Brasil revela um cenário excludente, tornando-se os espaços periféricos, e também os “ilegais”, palco da habitação das camadas mais pobres da sociedade brasileira. A cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) vem desenvolvendo desde 2011 com recursos próprios, oriundos dos royalties do petróleo, o programa habitacional Morar Feliz que entregou somente na sua primeira etapa (2011/2012) 5 426 moradias em 14 conjuntos habitacionais, situados em 10 bairros da cidade. Neste artigo serão apresentados os resultados da pesquisa realizada com os moradores contemplados com a casa popular do programa Morar Feliz acerca do atual contexto de moradia, identificando suas formas de adaptação, as relações de sociabilidade e participação no contexto do novo território. Constatou-se que estes conjuntos estão atualmente distantes do acesso pleno à cidade, pois estão marcados pela dificuldade no que tange à mobilidade urbana e pela ausência de serviços públicos essenciais à uma vida digna. Ao considerar a importância do direito à cidade a todo e qualquer cidadão, considera-se também que estes espaços criados pelo poder público demandam acompanhamento, apoio e investimentos frente às necessidades existentes.

Palavras-Chave: Segregação. Território. Moradia. Habitação Popular. Direito à Cidade.

¹ Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), professora do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: pollyanadutra@hotmail.com

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem (CCH) da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). E-mail: deniseterra@gmail.com

Introdução

A problemática da moradia sob a lógica da ilegalidade constitui hoje um grande desafio para o poder público, pois, além destes espaços terem se expandido, os moradores destes locais estão distantes de bens e serviços públicos mínimos à uma vida digna, bem como o acesso à própria cidade em que se inserem. Estes espaços, além de situarem-se em áreas impróprias para a habitação, propagam-se nas cidades pelos que não acessaram a casa própria via mercado formal e ficam submetidos à verdadeira informalidade da vida e/ou submetidos a qualquer decisão do poder público. Este tipo de ocupação foi sendo desenvolvida no Brasil, sendo consentida pelo Estado, que não ofertou suficientemente locais adequados à moradia para esta população. Considera-se também o enraizamento da população nestes lugares, o que integra a identidade de um povo, o sentimento de pertencimento.

A cidade de Campos dos Goytacazes, município estado do Rio de Janeiro, revela a realidade da ilegalidade na ocupação do espaço urbano, que vem sendo alvo da política pública habitacional proposta pela gestão municipal iniciada em 2009. Esta gestão, ainda vigente, propôs por meio do programa Morar Feliz que as famílias residentes nas áreas de risco do município, público preferencial do programa, fossem reassentadas em conjuntos habitacionais, recebendo casas populares totalmente subsidiadas pelo governo.

Pautando-se na discussão da moradia como um direito socialmente constituído, este artigo, fruto de uma dissertação de mestrado, buscará contribuir para o debate deste tema, por meio da realização de pesquisa qualitativa. Foram realizadas entrevistas com os moradores dos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz, acerca da percepção destes sobre o seu novo contexto de moradia, e sobre a sociabilidade neste novo contexto, procurando analisar de que forma esta política pública habitacional interferiu em suas vidas. Utilizou-se ainda para análise o banco de dados da Pesquisa “Novos Territórios Urbanos”³.

³ Trata-se de um *survey* aplicado com os moradores das casas populares do programa Morar Feliz e do entorno destes espaços totalizando 643 questionários aplicados. O objetivo foi o de “verificar a existência de um processo de segregação espacial” (TIMÓTEO, 2012) nestes locais. Cabe destacar, que utilizamos para a nossa análise apenas os dados dos questionários aplicados com os moradores das casas populares.

O presente artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira evidencia-se a discussão acerca do programa Morar Feliz e na segunda propõe-se a análise sociológica das percepções dos moradores sobre as mudanças ocorridas no seu cotidiano e das relações sociais travadas no novo contexto.

1. A questão habitacional em Campos e o programa Morar Feliz

A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes vem atuando com programas de habitação popular desde o ano de 1989, logo após a descentralização político-administrativa, sendo criado em 1990 o Departamento de Habitação Popular⁴. Apesar das ações pontuais e emergenciais que eram realizadas na área habitacional, visto o lastro histórico acerca das enchentes no município, famílias começaram a ser beneficiadas com casas populares, mas de forma ainda reduzida, pois, após as enchentes, famílias retornavam dos abrigos públicos para suas casas em áreas de risco. Enquanto as catástrofes ocorriam, novas áreas de risco eram ocupadas, visto a exclusão destas famílias do acesso ao mercado formal da moradia, expressando a vulnerabilidade econômica-social no território, problemas que persistem na atualidade.

Cabe destacar que, atualmente, a especulação imobiliária na cidade de Campos, bem como a ausência de equipamentos urbanos, sociais e de lazer vem fazendo com que determinados espaços sejam supervalorizados, enquanto outros totalmente desvalorizados, sendo, estes últimos, alvo de moradia das famílias pobres, refletindo a desigualdade sócio-espacial na realidade urbana do município. No último Censo realizado pelo IBGE em 2010 a cidade de Campos contabilizava 142 418 domicílios, sendo 128 723 particulares permanentes na área urbana e 13 695 na área rural⁵. O número de favelas na cidade em 2010, de acordo com Censo do IBGE, totalizava 27, com 15 777 moradores, sendo que, atualmente algumas

⁴ Para trajetória da política habitacional em Campos ver: PÓVOA (2002) e DUTRA (2015).

⁵ Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/23318>

delas passaram por mudanças após intervenções do programa habitacional Morar Feliz da prefeitura.

O programa habitacional Morar Feliz surge como proposta de campanha política e vem a efetivar-se no município de Campos dos Goytacazes através do decreto n.º 55/2011. A proposta principal é reduzir o déficit habitacional existente e retirar famílias de áreas de risco do município, sinalizadas pela Defesa Civil, ofertando para elas as casas populares do referido programa. A proposta do programa em tela estruturou-se em dois momentos, tendo iniciado com a primeira etapa desenvolvida entre os anos de 2011 e 2012 com investimento anunciado em R\$ 357 milhões de reais. Neste primeiro momento foram ofertadas 5 426 casas populares em 14 conjuntos habitacionais, espalhados em 10 bairros da cidade. (tabela 1).

TABELA 1 – CONJUNTOS HABITACIONAIS – MORAR FELIZ 1.ª ETAPA

CONJUNTO	NÚMERO DE CASAS ENTREGUES
Parque Prazeres I	250
Parque Prazeres II	164
Novo Eldorado I	348
Novo Eldorado II	936
Novo Eldorado III	140
Santa Rosa (Rio Branco)	598
Parque Aldeia	502
Lagoa das Pedras	100
Tapera I	380
Tapera II	418
Novo Jockey	934
Penha	370
Travessão	100
Esplanada	186
Total: 14 Conjuntos (10 bairros)	Total: 5 426 casas

Fonte: Secretaria Municipal da Família e Assistência Social (SMFAS). 2015.

Com a realização da primeira etapa do programa, procedeu-se a demolições de moradias em aproximadamente 17 áreas de risco espalhadas em diferentes pontos da cidade, reassentando milhares de famílias. Destaca-se que o

trabalho de reassentamento das famílias feito pela SMFAS junto à Defesa Civil é intenso, visto o volume de moradias que foram entregues em apenas dois anos (2011 e 2012). É preciso observar que todos os conjuntos foram direcionados às famílias moradoras de áreas de risco, usuárias do aluguel social e encaminhadas ao programa por motivo de vulnerabilidade social – ausência de moradia; com exceção do conjunto de Travessão⁶, que foi ocupado por famílias antes da finalização das obras, sem autorização da prefeitura.

A segunda etapa do programa foi iniciada em 2013 com previsão de um investimento total de aproximadamente R\$ 475,5 milhões de reais para a construção de 4 574 casas populares, sendo esta etapa mais voltada para áreas do interior do município (zona rural).

Da segunda etapa alguns conjuntos já foram entregues, totalizando 596 unidades habitacionais até abril de 2015. Atualmente não há dados muito claros e precisos acerca da quantidade e das localidades que receberão estes investimentos da segunda etapa do programa. Acredita-se que este fato esteja vinculado à problemática atual que afeta o município de Campos com a diminuição na receita dos royalties, dentre outras questões insurgentes no trâmite das obras do programa. Se a previsão atual da segunda etapa for cumprida serão mais 2 466 casas populares. Porém, cabe lembrar que a previsão inicial da prefeitura com as duas etapas do programa era de entregar até 2016 o número de 10 000 casas populares, o que certamente não ocorrerá.

Reforça-se que se trata de um programa estritamente realizado pelo município e que estas casas foram construídas com verba da receita municipal, via receita dos royalties e participações especiais do petróleo, sem estabelecimento de convênio com outras esferas, seja estadual ou federal. Diferentemente de alguns programas habitacionais do governo federal, o Morar Feliz não realiza financiamento e custeia integralmente a casa ofertada ao morador. Além disso, o programa também atende famílias que estão no Aluguel Social da prefeitura e em situação de vulnerabilidade social. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social:

Constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais

⁶ Segundo informações da prefeitura o caso está em trâmite judicial.

como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidade estigmatizada em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (MDS, 2004, p. 33).

Dando sequência à compreensão acima,

A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dada as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem. (MDS, 2004, p. 42).

Com base neste conceito de vulnerabilidade social, considera-se que estarão adequados ao perfil do programa Morar Feliz os usuários da assistência social vulneráveis à situação de pobreza, que não possuem moradia e/ou não obtiveram acesso à política pública de habitação.

De acordo com o Decreto n.º 55/2011, para concessão das casas pelo programa, são seguidos por ordem de prioridade os seguintes critérios de seleção: i) Famílias residentes em assentamentos irregulares ocupados em áreas de risco, devidamente comprovadas por laudo emitido pela Defesa Civil Municipal; ii) Famílias vulneráveis socialmente, comprovado através de relatório socioassistencial emitido por técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social; iii) Famílias oriundas do Programa SOS Habitação (Aluguel Social) e que não tiveram seus imóveis recuperados, após devida análise socioassistencial feita por um técnico da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social.

Além destes critérios há também uma reserva de 10 % das casas, que são adaptadas e destinadas às pessoas portadoras de deficiência, com mobilidade reduzida e idosos.

Quanto à titularidade do imóvel, é firmada entre a prefeitura e o morador, no ato da entrega das casas, a assinatura de um “Termo de Permissão de

Uso” e também de um “Termo de Negativa de Imóvel”, quando o morador afirma não possuir outro imóvel em seu nome. O morador adquire um comprovante de recebimento do imóvel no dia da entrega da casa, porém, o documento oficial de Permissão de Uso ainda não foi repassado às famílias.

Apesar da grande proporção do programa Morar Feliz no município atualmente, ainda há questões para serem discutidas acerca da realidade de vida das famílias beneficiadas no novo contexto. Continuaremos a tratar deste programa, buscando a compreensão do cenário em que vivem os moradores a partir da pesquisa realizada junto aos moradores das casas populares do programa habitacional Morar Feliz.

2. A percepção dos moradores do programa Morar Feliz. Metodologia e Resultados da Pesquisa.

Para realização da pesquisa, como já exposto, foram utilizados dados quantitativos da pesquisa Novos Territórios Urbanos e para um maior aprofundamento e compreensão das duas dimensões de análise (moradia e sociabilidade) foram realizadas entrevistas semi-estruturadas.

As entrevistas ocorreram nos bairros que receberam os conjuntos habitacionais da primeira etapa, com exceção do conjunto de Travessão, pois este foi ocupado por famílias antes da conclusão das obras⁷, sem passar pela avaliação técnica do programa, ou seja, sem a devida autorização. A análise foi centrada nos 9 bairros, compostos por 13 conjuntos habitacionais entregues pela prefeitura aos moradores que estavam dentro dos critérios de seleção, sendo eles: Parque Prazeres (I e II); Aldeia; Tapera (I e II); Eldorado (I, II e III); Lagoa das Pedras; Santa Rosa; Novo Jóquei; Penha; Esplanada. Em cada conjunto foram realizadas 3 entrevistas, pelo método “bola de neve”⁸, totalizando 27 entrevistas.

⁷ O caso aguarda decisão judicial.

⁸ Cujas seleção dos entrevistados ocorre por meio da indicação de algum morador já entrevistado ou de pessoas que tivessem algum contato com moradores do conjunto. Cabe destacar que em alguns bairros havia indicação de algum morador antes da chegada ao conjunto, o que proporcionava maior

Para iniciar a análise da dimensão moradia, destacamos o perfil dos moradores dos conjuntos habitacionais do Programa Morar Feliz, conforme dados da Pesquisa Novos Territórios Urbanos. São em sua maioria do sexo feminino (79%), com idade entre 18 e 40 anos (60,7%) e na percepção dos respondentes sobre a sua cor, foram predominantes a parda (42,4%) e negra (37,7%).

Quanto à composição familiar, foi identificada na pesquisa Novos Territórios Urbanos uma predominância de famílias compostas de 2 a 5 membros (71,8%), sendo 21,2% o percentual relativo à famílias com 4 membros. Considerando que as casas possuem dois quartos, o espaço parece reduzido para uma família composta por 5 ou mais membros.

Este fato aponta para uma problemática identificada na Pesquisa Novos Territórios Urbanos que apresentou um percentual de 14,1% de famílias que utilizam a sala como dormitório e 0,8% que utilizam a cozinha com o mesmo fim nas casas populares do programa Morar Feliz. É preciso destacar que nas antigas casas onde residiam estes moradores, este percentual era superior, alcançando 23,3% para a utilização da sala e 5,3 % da cozinha como dormitório. É percebida então a queda significava do percentual de utilização de outros cômodos como dormitório após a mudança, porém, ainda é confirmada a existência de famílias em situação de adensamento excessivo nas casas populares oferecidas pelo programa.

Para melhor compreender o cenário atual, foram analisadas algumas questões com os moradores durante as entrevistas acerca da moradia anterior e da casa popular, moradia atual. Buscou-se identificar as características do antigo imóvel e do antigo local de moradia, a partir dos seus pontos positivos e negativos considerados pelos moradores.

A Pesquisa Novos Territórios Urbanos revelou que 60,5 % dos moradores declararam que a casa antiga possuía de 3 a 5 cômodos, e 44 % declarou que a casa antiga possuía apenas 1 quarto. Durante as entrevistas algumas características do antigo imóvel foram destacadas nas falas dos moradores, que mencionaram alguns problemas, expressos a seguir:

facilidade no acesso ao local e na aproximação com os entrevistados. Em outros casos a aproximação era direta, porém cautelosa, com os que estivessem dispostos a participar voluntariamente das entrevistas.

“Era uma casa muito boa pra morar, mas era úmida, tinha rato e meu filho dava crise”.

“Muito rato, sem iluminação, sem esgoto, sem água... A água suja ia pra rua e gerava confusão com os vizinhos”.

“Lá a gente não tinha chuveiro, a gente tomava banho de balde e não tinha pia pra escovar o dente. Não tinha esgoto, água encanada...”.

Observa-se nas falas anteriores a precariedade dos imóveis onde os entrevistados residiam, não somente em relação à estrutura da casa, mas também em relação ao saneamento básico, que aparece em algumas falas como um item inexistente no contexto de moradia de alguns dos entrevistados. Destaca-se que o saneamento básico é fundamental à moradia, mas também essencial à saúde do indivíduo. De acordo com o art.º 3.º da Lei 8.080 do Sistema Único de Saúde (SUS), “a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação o transporte, o lazer, o acesso à bens e serviços essenciais [...]” (BRASIL, 1990).

Um acontecimento comum à realidade habitacional de alguns moradores era o enfrentamento de alguns problemas como as enchentes que são presentes no histórico deste município. Alguns moradores chegaram a relatar experiências com acidentes trágicos em suas localidades fruto de um trânsito intenso e a proximidade com uma BR. Logo, as cheias e outros acidentes provenientes das habitações em áreas de risco são lembrados no momento da entrevista:

“Quando a gente veio pra cá a água já tava dentro de casa, estragou meu guarda-roupa todo. O que eu tinha acabou tudo, eu fui comprando aos poucos”.

“Tinha uma linha de trem atrás e uma BR na frente. Hoje eu sou hipertensa por causa da BR. Um caminhão de mármore entrou no quintal da minha filha, quase veio no meu rosto. Já teve um carro que passou por cima das crianças brincando”.

“Pra mim era bonzinho ali, o problema é carro, a gente via muito acidente”.

Observa-se nas falas anteriores que as famílias viviam em um cenário de preocupação e insegurança no que tange à moradia, pois os riscos eram constantes no seu cotidiano. A perda dos móveis e pertences nas enchentes, além

da deteriorização da casa, acarretavam sérios danos às famílias, não só do ponto de vista material, mas também emocional, visto que, após o desastre tinham que reestruturar a vida no único espaço que tinham.

O que não se pode desconsiderar na análise é o apego pela moradia antiga e os pontos positivos por eles considerados, que mesmo com todas as problemáticas que vivenciavam, foram expressos com certo saudosismo, como mostram as falas:

“Por mais que fosse área de risco lá a gente tinha comércio, ônibus toda hora, pelo menos tinha alguma coisa que a gente precisava. Aqui não tem”.

“Lá era mais animadinho. Eu trabalhava a semana toda, mas no final de semana lá era bom”.

“Pra mim lá não tinha problema nenhum. Só a casa que estava muito velha e muita gente embolada”.

A vinculação do indivíduo com a casa, com o espaço onde se construiu a família e se vivenciou relações afetivas são elementos fundantes desta relação. A proximidade do comércio local, escola, creche, o acesso ao centro e as relações com a vizinhança e o entorno aparecem como itens relevantes aos moradores durante as falas, pois se referem ao acesso e às facilidades da vida cotidiana. A dificuldade para conseguir vaga na creche, a distância entre o novo bairro e a escola e de alguns equipamentos públicos aparecem nas falas. Porém, para alguns moradores os problemas existentes são superados pelo afeto com a antiga casa. Logo, foi possível notar que ainda há muitos laços com este antigo local de moradia que se expressaram na fala dos moradores.

“Lembro do pé de laranja desde pequeno. O negócio são os cinqüenta anos de moradia, tive os filhos ali. Eu passo lá, nem olho pra não lembrar... Meu filho chorou muito”.

“A casa não era melhor do que essa, mas o lugar era melhor. Morei vinte e seis anos lá. Acho que me acabei aqui”.

Observa-se o sentimento de saudade demonstrado nas falas com os longos anos de moradia e convívio na antiga casa, que oportunamente trouxe à memória lembranças e uma relação afetiva dos entrevistados com este espaço,

revelando a importância desta experiência na construção de suas histórias de vida. Todavia, destaca-se que a permanência destes moradores nas áreas de risco foi permitida por muitos anos pelo poder público, sendo criados territórios na ilegalidade e toda a sua rede de relações foi sendo desenvolvida ao longo dos anos, sendo a ruptura “dolorosa” para estes moradores, que inesperadamente receberam em suas casas a visita de técnicos da prefeitura com proposta de reassentamento em conjunto habitacional do programa Morar Feliz. Alguns lembram como foi o contato com a prefeitura:

“Chegaram lá mais ou menos 11 horas para tirar todo mundo e no outro dia mudariam a gente. Essa maluquice de Rosinha”.

“Não é que você ia aceitar não, tinha que pegar, não tinha escolha. A gente saiu de lá assim, a gente não acredita em mais nada”.

Durante as entrevistas era possível perceber a existência de pessoas que não possuíam interesse de sair de suas moradias, mas que ao verem vizinhos saindo e que casas ao redor seriam derrubadas acabaram por decidir pela mudança. Pode-se notar durante as conversas com os moradores que foram feitas intervenções pela prefeitura de forma repentina e apressada, pois não havia um contato prévio de mobilização e aproximação com a ‘comunidade-alvo’, tendo os moradores que decidir fria e rapidamente sobre sua mudança e observar os rumos de sua comunidade, já traçados pelo poder público.

Uma problemática relevante neste processo do diálogo entre Prefeitura e moradores foi em relação aos que possuíam comércio, que foram cadastrados como comerciantes durante as intervenções, mudaram-se para os conjuntos e não obtiveram um retorno da prefeitura sobre esta questão, tendo em vista o impedimento de se utilizar a nova moradia como ponto comercial. Outra complicação que deve ser considerada foi a situação das igrejas existentes nas áreas de risco demarcadas, que foram demolidas e desconsideradas também pela prefeitura.

Na concepção marxista as produções simbólicas se dão como instrumentos de dominação, sendo produzidas pela classe dominante a partir da proliferação de suas ideias sobre a classe dominada, que, desmobilizada, legitimam os princípios impostos. Bourdieu (1998) chama essa dominação de “violência

simbólica” onde forças se opõem e sobrepõem em sentidos divergentes, representando uma luta simbólica cotidiana onde se buscam a prevalência e legitimação de seus interesses, o que gera poder.

O poder simbólico, partindo dos instrumentos que o permite ser legitimado, estabelece uma relação entre os que exercem o poder e os que lhes estão submetidos, promovendo uma percepção naturalizada da dominação. Segundo Bourdieu,

“[...] É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p.7, 8).

O poder simbólico é uma mão dupla de dominação e subordinação que envolve um contexto ampliado e permeado de contradições, mas que se desenvolve de forma “natural” e quase imperceptível. Partindo deste entendimento, podemos notar que durante algumas intervenções da prefeitura em comunidades o poder simbólico foi exercido à medida que moradores não puderam pensar e participar da formatação previamente concebida sobre seus futuros. De acordo com Santos (2012) o indivíduo é cidadão em algum lugar, ou seja, ele precisa morar, sobretudo fazer parte de um território, sendo este um lugar de pertencimento.

Para melhor compreender a visão dos moradores acerca da significação da mudança, seguem algumas falas que expressam as dificuldades vividas, a adaptação com aceitação e com a não-aceitação dos entrevistados.

Dificuldades:

“No início foi estranho, foi duro. Minha esposa levou mais de 1 ano para se acostumar com o local. Após 2 anos e meio é que fomos acostumando”.

“É muito diferente você sair de um lugar e ir pra outro”.

Adaptação - Aceitação:

“Depois de 3 anos eu acostumei e não me vejo fora daqui”.

“Foi uma mudança boa, a gente morava lá, era uma área de risco. No começo foi ruim pra acostumar, hoje todo mundo já acostumou. Aqui a gente tem água encanada, esgoto...”

“Ah tudo... Eu moro num palácio! Só em ter um piso, os quartos... Foi tudo!”

Adaptação – Não aceitação:

“Marcou de forma ruim. A casa é boa, mas o local eu não gostei. Olhei lá onde estava minha casinha eu pensei: Ah meu Deus se eu pudesse voltar atrás...”

“Você mexeu com minha cabeça hoje, são cinquenta anos né? Lá eu era X (entrevistado mencionou o nome completo), aqui você é mais um e acabou. A raiz morre toda”.

Observa-se nas falas anteriores a diversidade de significados do processo de mudança na vida dessas famílias. O problema da adaptação foi o item mais evidente nas entrevistas, quando os moradores relataram que levaram anos para aceitar o novo lugar, e neste caso, trata-se do território, da questão localização e das histórias de vida. Santos (2012, p. 80) ao discorrer sobre espaço e alienação, expõe: “Espaço é, na linguagem filosófica, sinônimo de objetificação, coisificação, reificação...”, logo,

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. O entorno do lugar é uma troca, matriz de um processo intelectual. (SANTOS, 2012, 81).

A vida em um novo espaço, portanto, representa um processo de aprendizagem entre o homem e o espaço, cujo indivíduo precisa se dispor. Esta “adaptação” é exemplificada por Santos no processo de migração, que segundo o autor prejudica o indivíduo, desterritorializa-o, o que gera o “estranhamento”, pois, o território representa um conjunto de elementos da vida cotidiana, expressando sua identidade. Sendo estes elementos diferentes de um território para outro, ocorre um impacto sobre o modo de vida dos indivíduos. Pôde ser observada na última fala um

tom de indignação do morador, que se sentia importante no outro local de moradia por ser conhecido por todos da comunidade. A sensação de estar em um lugar novo e de ter tido seus vínculos perdidos esteve presente em seu discurso, sendo observada a importância do território antigo na vida desses moradores.

Cabe destacar ainda que, com relação à casa atual, algumas reclamações foram mencionadas⁹, mas nos deteremos a expor as dificuldades maiores em relação ao acesso aos serviços essenciais enfrentadas pelos moradores.

Buscou-se identificar a existência dos seguintes serviços nos conjuntos: Sinalização de Trânsito (vias principal e secundária); Pavimentação das ruas (vias principal e secundária); Iluminação Pública (vias principal e secundária); Ponto de ônibus; Comércio; Escola Pública; Creche Pública; Posto de Saúde; Hospital Público; Clube Esportivo Público; Área de lazer/Praça pública; Centro cultural (bibliotecas, teatros, etc.); Posto Policial/Delegacia.

Os serviços acima mencionados, quando não ausentes, revelavam problemas na sua oferta, com exceção da pavimentação que estava presente nas ruas dos conjuntos. O que chamou mais atenção foi o tempo de espera pelo transporte público que em alguns conjuntos chegou a 2 horas, segundo os relatos, chegando o serviço a ficar inativo aos domingos em um conjunto. Além disso, alguns conjuntos não dispõem de circulação de ônibus em seu interior apesar de sua extensão e seus moradores precisam andar até o ponto mais próximo fora do conjunto para ter acesso ao transporte.

A insatisfação percebida durante as falas, conforme os desdobramentos apontados pelos moradores, também é confirmada pela pesquisa “Novos Territórios Urbanos”, sendo o transporte coletivo apontado por 47,1 % dos entrevistados como um serviço de qualidade ruim. Esta pesquisa também apontou que 40,3 % dos moradores não possuem acesso a linhas de ônibus regulares e 71,4 % não possuem automóvel, o que reforça a importância do transporte coletivo na vida dos mesmos. De um modo geral, todos os conjuntos vivenciam a precarização do serviço de transporte público, ficando reduzidas as possibilidades de mobilidade das famílias, afetando intensamente a vida cotidiana.

⁹ Ver: Dutra (2015).

Logo, ao falar de mobilidade, o direito à cidade parece contraditório a estes moradores, à medida que sofrem coletivamente os transtornos da ineficiência do transporte público e tem reduzida sua circulação nas demais áreas da cidade, pois “a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços (SANTOS, 2012, p. 144.). Observa-se que

A localização das pessoas no território é, na maioria das vezes, produto de uma combinação entre forças de mercado e decisões de governo. Como o resultado é independente da vontade dos indivíduos atingidos, frequentemente se fala de migrações forçadas pelas circunstâncias a que se alude acima. Isso equivale também a falar de localizações forçadas. Muitas destas contribuem para aumentar a pobreza e não para a suprimir ou atenuar. (SANTOS, 2012, 141).

A reclamação dos moradores por não acessarem serviços e de estarem distantes de áreas comerciais mais estruturadas se justifica pelo fato de que muitos dos conjuntos foram edificados em espaços pouco povoados e conseqüentemente sem este cenário urbano minimamente estruturado. Logo, a questão do comércio também se constitui em um item de grande relevância para as famílias, sendo alvo de muitas reclamações durante as entrevistas. Observa-se nas falas dos moradores:

“As vezes peço pro vizinho que vai sair pra comprar”;

“Se quiser ir num lugar como no ‘Superbom’ ou no ‘Walmart’ tenho que pagar taxi pra trazer as coisas”.

Além destas dificuldades, equipamentos educacionais e culturais são escassos ou inexistentes. Apenas foi sinalizada a existência de creche em um conjunto e equipamento de cunho cultural não foi sinalizado. A tabela 2 expõe as formas de acesso à escola mais próxima.

TABELA 2 – FORMAS DE ACESSO À EQUIPAMENTO EDUCACIONAL

Formas de Acesso	Frequência	Percentual (%)
Andar 10 min.	112	29,8
Andar 11 a 30 min.	140	37,2
Pegar ônibus e andar mais de 10 min.	77	20,5
Transporte Particular	14	3,7
Transporte Público Escolar	4	1,1
NS	23	6,1
NA	1	0,3
NR	5	1,3

Fonte: Pesquisa Novos Territórios Urbanos. 2013. Elaboração própria. 2015.

Não há oferta de cursos e atividades culturais para crianças e adolescentes. Segundo a percepção de alguns moradores, eles estão entrando para o mundo do tráfico devido a uma conjunção de fatores que envolvem desde a falta de perspectivas destes jovens como a ausência de projetos que os valorizem e motivem.

Com relação à saúde, há grandes dificuldades de acesso. Apenas dois conjuntos estão próximos deste serviço, assim como apenas dois próximos de hospitais, segundo os relatos:

“Para ir no [sic] posto você pega um ônibus, e ainda anda 20 min. a pé. Tem uma criança especial aqui do lado que passou mal. Se meu sobrinho não tivesse aqui de carro ela morria. ‘Emergência em casa’ não vem aqui não” (Conj. Novo Jockey).

“Esses dias fui a pé e levei quase uma hora com meu filho no colo, se tivesse um posto mais perto seria melhor”. (Conj. Eldorado II).

Quanto ao lazer, apenas 1 conjunto recebeu vila olímpica e outros dois teriam quadra e praça. Durante as entrevistas era percebido que os moradores sabiam os lugares (terrenos) que teriam como finalidade a construção de espaços de lazer e sempre opinavam sobre este lugar, pois na verdade é um espaço que eles gostariam de utilizar. Durante as entrevistas os moradores lembram de

compromissos colocados na inauguração por representantes do poder público com a criação de espaços de lazer e aproveitamento de terrenos públicos vazios.

Sobre a escuta das demandas destes moradores pelo governo e de qualquer contato da prefeitura com o conjunto os moradores apontavam que não existe:

“Existiu só no dia da entrega. Depois que mudamos nunca mais procurou a gente”.

“Tiveram aqui por causa de venda de casa só”.

“Só em época de eleição. Aqui em casa não vem não, eu boto eles pra correr”.

Nota-se que as aproximações da população com a prefeitura foram muito breves e pontuais sendo lembrados alguns contatos na época da entrega, ações fiscalizatórias da prefeitura no conjunto, etc. Alguns moradores ao responderem alegaram que recordam da visita de políticos em época eleitoral.

Durante a pesquisa foram observadas muitas reclamações pelo distanciamento dos serviços, conforme já ressaltado, mas também do próprio lugar que aparece ao morador como o “novo”, o lugar do desconhecido, da descoberta e também do receio.

Para melhor compreensão da dimensão sociabilidade no novo cenário, buscou-se entender suas formas de interação, sociabilidade e participação. Foram trabalhados alguns elementos como família, religião, trabalho, vizinhança, associativismo e o lugar onde moram. Neste artigo, delimitamos apenas os mais evidentes: vizinhança e participação. Os vizinhos aparecem, na maioria das vezes, como pessoas importantes e como aqueles que os entrevistados podem contar quando precisam de ajuda nas necessidades do cotidiano. Nesta relação também ocorrem divergências, conforme alguns relatos, mas durante as entrevistas percebia-se um sentimento de apoio e amizade, como mostra a fala:

“Uma boa convivência, amizade boa, não tenho o que falar. Somos prestativos uns com os outros. Você tem uma boa vizinhança, você tem um recurso. Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto”.

“Uma ajuda. Eles ajudam bastante”.

“Como se fossem parentes. Eles precisam de mim e eu preciso deles”.

Quanto ao item participação na comunidade, tentou-se identificar a existência de associação de moradores nos conjuntos e/ou nos seus respectivos bairros e entender a opinião dos entrevistados sobre sua representação. A maioria afirmou que no conjunto/bairro não existe associação, tendo sido destacada somente uma, no Novo Jockey, que estaria sob a presidência de uma moradora do conjunto, desenvolvendo alguma atividade para a comunidade.

Dentro deste contexto, percebe-se também que os laços comunitários precisam ser mais fortalecidos, considerando a importância da politização destes moradores e de sua mobilização para o enfrentamento coletivo das problemáticas cotidianas. Evidencia-se também a falta de investimentos públicos nestes locais que promovam participação e interação entre os moradores como atividades de lazer e cultura, tendo em vista seus contextos de vida, que se configuram ainda como contextos de exclusão.

Considerações Finais

As análises realizadas revelam que as famílias possuíam satisfação com relação à casa, ao novo espaço e às novas condições de moradia, mas demonstraram insatisfação com relação ao novo território e com a falta de serviços públicos essenciais.

Destaca-se que os conjuntos foram construídos em locais bastante afastados das áreas centrais da cidade, cuja maioria não possuía e ainda não possui um entorno estruturado com comércios e equipamentos públicos básicos (transporte, saúde, educação, lazer, dentre outros). Também foi bastante evidenciada a falta de atenção da prefeitura no acompanhamento das famílias na pós-ocupação, prevalecendo um sentimento de abandono e descaso. Cabe destacar que o morar está atrelado a uma gama de outras necessidades relativas à vida diária dos indivíduos, como a alimentação, o vestuário, o consumo, a saúde, a educação, o trabalho, o lazer, a mobilidade, dentre outras. São estes elementos importantes e essenciais ao cotidiano de qualquer cidadão. Logo, observa-se que na realidade dos conjuntos habitacionais do programa Morar Feliz em Campos há muito que ser feito, mas antes, é preciso que esta população seja vista e ouvida pelo poder público, sendo consideradas as particularidades de cada conjunto, de cada território.

Apesar de todos os problemas expostos referentes às casas antigas, foram observados os laços ainda existentes com o antigo território, tendo sido difícil a adaptação no novo local de moradia. Embora existam diversos problemas na realidade dos conjuntos habitacionais, foi constatado que não há organização coletiva dos moradores.

Em meio às ponderações da pesquisa, faz-se necessário considerar que os beneficiários de programas habitacionais precisam ser chamados a participar mais diretamente das diferentes etapas de sua implementação, no intuito de pensar conjuntamente com o poder público, entre outras, as duas dimensões aqui analisadas: o contexto da moradia e a sociabilidade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2.^a Ed. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil. 1998.

BRASIL. **Lei n.º 8.080**, de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Congresso Nacional. Brasília. 1990.

DUTRA, Pollyana Lopes. **Programa Habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes: Análise da percepção dos beneficiários sobre as suas novas condições de moradia**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Centro de Ciências do Homem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

FIGUEIREDO, Nébia. **Método e Metodologia na pesquisa científica**. 2^a ed. São Paulo. Yendis, 2007.

FJP, Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010**. Estatísticas e Informações - Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file> Acesso em: 10/02/15.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografias Estatísticas. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Relatórios Metodológicos. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81634.pdf> Acesso em: 16/02/2015.

MDS, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica NOB-SUAS**. 2004. Brasília. 2005. Fonte: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>. Acesso em: 10/02/2015.

PÓVOA, Fabiana Machado Rangel. **A Municipalização da política de habitação Popular em Campos dos Goytacazes (1989-2001)**. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2002.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp. 7.^a Edição, Col. 8, 2012.